



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Reunião de Análise da Estratégia do TRT5 e outros assuntos pertinentes, com os membros do Comitê de Gestão Estratégica e Participativa - CGEP.

ATA DE REUNIÃO

Local	Data	Horário
Videoconferência	30/07/2020	Das 14h às 15h10min

• Participantes

Desembargadora Dalila Nascimento Andrade	Presidente do TRT5
Desembargador Jéferson Alves Silva Muricy	Vice-Presidente do TRT5
Juiz Firmo Ferreira Leal Neto	Juiz do Trabalho e Gestor de Metas
Juíza Andréa Presas Rocha	Juíza Auxiliar da Presidência, Supervisora do CEJUSC 1 e Coordenadora da Execução e Expropriação
Maísa Oliveira Lago dos Reis	Secretária-Geral da Presidência
Lílian Campos de Brito	Secretária-Geral Judiciária
Caroline Oliveira Guimarães Andrade	Diretora da Secretaria de Administração
Elisa Macedo Lessa	Diretora da Corregedoria Geral
Érica Cristina Dórea Rossiter Tavares	Diretora da Secretaria de Informática
Josemar Arlego Paraguassu Júnior	Diretor da Secretaria de Comunicação
Carlos Alberto Marinho dos Santos	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Maria das Graças Lima Brandão	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Orocil Pedreira Santos Júnior	Diretor da Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância
Paulo Jorge Araújo de Carvalho	Diretor da Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância
Márcio Fernando Ribeiro da Silva	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Márcio José Pinto da Silva	Secretaria de Gestão Estratégica
Erman Mota Barbosa Dias	Secretaria de Gestão Estratégica

• Temas a serem tratados

- a. Apresentação de dados estatísticos
- b. Resultados das Metas 2020
 - i. Área Fim (metas judiciais)
- c. Novo ciclo do Plano Estratégico
 - i. Resolução CNJ 325/2020



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

d. Projetos Estratégicos;

• **Itens para análise e deliberação**

Dando início à reunião, Dra. Dalila passou a palavra ao Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Márcio Fernando, que iniciou os trabalhos apresentando os temas a serem tratados na reunião: Apresentação dos dados estatísticos, resultados das Metas 2020; novo ciclo do Plano Estratégico, com as diretrizes impostas pela Resolução CNJ 325/2020 e por último, os projetos estratégicos. Continuou sua apresentação mostrando a evolução dos casos novos no período de 2014 a 2019. Usando a mesma metodologia do CNJ, que soma os processos nas fases de conhecimento e de execução, chamando-os de casos novos, temos em 2019, um aumento no 1º Grau, em relação ao ano de 2018 (11.451 casos novos), enquanto no 2º Grau houve uma redução no mesmo período (5.943 casos novos). Complementou, informando que mesmo com esta pequena redução, o número de casos por magistrado continua muito alto no 2º Grau, com 1.672 processos (valor acima da média da Justiça do Trabalho, 1.363 processos), enquanto no 1º Grau o número é de 463 processos (valor abaixo da média da Justiça do Trabalho, 550 processos). Prosseguiu com a apresentação dos dados estatísticos, mostrando que, na data da Reforma Trabalhista, em 11/11/2017, tivemos o pico de processos pendentes do primeiro julgamento no 1º Grau, com 108.016 processos, enquanto no 2º Grau, a pendência era de 35.107 processos. Atualmente estamos com 47.625 processos (redução de 60.391) no 1º Grau e com 49.721, no 2º Grau. Assim, pela primeira vez, o nosso no 2º Grau tem mais processos pendentes de primeiro julgamento (com tendência de aumento) que o 1º Grau. A mesma situação é verificada nos números dos pendentes de baixa (baixa definitiva). Em 2015 estávamos com 142.521 processos pendentes na fase de conhecimento no 1º Grau e agora (dados de ontem), com 63.966 processos. Assim, houve uma redução de 71.053 processos nos últimos 30 meses, em razão de 2 fatores: alta produtividade e baixa demanda. Dessa forma, a taxa de congestionamento, no 1º Grau, que está em 43,14%, tem uma tendência de queda significativa. Por outro lado, no 2º Grau, notadamente a partir de 2015, com os processos sobrestados, com o elevado crescimento dos casos novos, sem aumento da estrutura de apoio, chegamos em julho/2020 com 84.371 processos pendentes e com projeção de aumento. Somente nestes 7 primeiros meses, houve um aumento de 8.928 processos. Assim, nossa taxa de congestionamento no 2º grau ficou em 63,22% em 2019, também com tendência de crescimento, aumentando ainda mais a distância da taxa do 1º Grau. Na fase de execução, continuamos com resultados excelentes. Em 2013, tínhamos 168.770 execuções pendentes de baixa e encerramos 2019 com 125.506. E mesmo encerrando 6.000 processos a mais do que iniciamos, chegamos em julho/2020, com 219 processos a mais na pendência, porque provavelmente falta a baixa. E para baixar, há necessidade da sentença de extinção, conforme observação da última correição. **Desta forma, o Comitê autorizou a recomendação solicitada por Márcio Fernando, para que a Secretaria de Coordenação Judiciária de 1º Grau notifique as varas, com cópia para a Corregedoria, para que procedam a baixa das execuções encerradas.** Esta tramitação de baixa impactará diretamente no projeto estratégico PJe 100% (CCLE), com uma diminuição ainda maior de processos. Este trabalho na fase de execução reflete diretamente na nossa prestação de serviços com o pagamento de R\$2.698.636.375,38 aos jurisdicionados em 2019 (aumento de 8,1% em relação ao ano de 2018). Nossa taxa de congestionamento (71,66%) ficou abaixo da taxa nacional (74%). Como resultado, continuamos destaque nacional, na Revista do CSJT, como o Tribunal com o maior Índice de Execução da Justiça do Trabalho em 2018, com 165,23% de cumprimento. Resultado dos projetos e ações implementadas na atividade. Muito embora, um pouco mais



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

baixo, nosso Índice de Execução continua excelente, alcançando 129% em 2019. Todos ratificaram a continuidade das ações executadas, para aumentarmos ainda mais nosso Índice de Atendimento à Demanda, que em 2019 atingiu o percentual de 111,9%. Agora no final do 1º trimestre de 2020, mais precisamente em 17/03, fomos surpreendidos com necessidade de quase 100% do trabalho não presencial, em razão da pandemia e, após os ajustes efetuados e o apoio dado pela alta Administração e áreas técnicas, a exemplo da Setic, verificamos que o Tribunal conseguiu não somente manter seu nível de serviço nas áreas administrativas e judiciárias, mais aumentou, quando comparada ao período presencial. Já em abril tivemos 36 mil atos por dia útil. Em maio, esse número subiu para quase 70 mil atos/dia útil. Caindo um pouco em junho, 69 mil, e em julho, 62 mil. Ressaltou entretanto, que estou falando de atos terminativos (julgamentos, despachos, atos ordinatórios) e não de eventos. Os eventos chegaram a 1 milhão e 800 mil, em média/mês, somente no PJe. Estes dados estão apostos no Portal. Fez ainda uma comparação com os outros Tribunais do Trabalho, demonstrando que o nosso Regional está com um fluxo de trabalho excelente, ficando em 7ª posição em número de sentenças/acórdãos, em decisões, em despachos e em movimentos realizados e em 4ª, na disponibilização de recursos para o combate à pandemia do Covid-19. Em relação à obrigação de dar, foram liberados aos jurisdicionados, através de alvarás, durante o teletrabalho, o montante de R\$780.437.067,00, de um total de R\$1.200.643.752,00 em 2020. Durante este período de trabalho não presencial, foram observados 2 gargalos: audiências de instruções complexas e processos 100% físicos. Passaremos agora à análise das Metas Nacionais de 2020 e seus resultados até julho:

- ✓ Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – Cumprimento em 98%. Estávamos cumprindo até o mês passado, mas em razão do recebimento de mais de 12 mil processos no 2º Grau, nos 2 últimos meses, caímos um pouco. Tendência de cumprimento.
- ✓ Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus – Cumprimento em 100%.
- ✓ Meta 3 – Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018 – Cumprimento em 66%. Mesmo com o apoio do CEJUSC, nosso índice de conciliação caiu, em relação ao mesmo período de 2019.
- ✓ Meta 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – Cumprimento em 135%.
- ✓ Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017, no 1º grau e até 31/12/2018, no 2º grau - Cumprimento de 102% no 1º Grau e de 96% no 2º (faltam apenas 4 processos pendentes). A presidente autorizou o envio desta informação aos gabinetes, para envidarem esforços no julgamento destes processos.
- ✓ Meta 7 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior - Cumprimento em 136%.
- ✓ Meta 9 – Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU - Cumprimento em 75%. O Plano de ação já foi feito, encaminhado e aprovado pelo CNJ. Estamos na fase de identificação dos processos para envio às varas, para priorização. Será criado um painel no nosso Portal, com georreferenciamento, para identificação dos locais com mais acidentes de trabalho.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Meta 10 – Realizar exames periódicos de saúde em 20% dos magistrados e 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Área que o TRT5 já possui grande expertise - Cumprimento em 89%. Entretanto, não houve a identificação de quantos servidores ou magistrados fizeram o periódico. **A presidente autorizou o pedido de informações mais detalhadas à Coordenadoria de Saúde.**
- ✓ Meta 11 – Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil. Destaco que a meta já está cumprida (100%), pois faz parte da essência da JT
- ✓ TMDP2 – Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância (Indicador 2.1 do nosso PE) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e o seu julgamento. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 9%, em relação ao ano base de 2018. Nosso alvo é 267 dias. O grau de cumprimento está em 93% (287 dias).
- ✓ TMDP1 – Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase de Conhecimento (Indicador 2.2) - Meta nacional que mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento da ação na Vara do Trabalho e a prolação da sentença. Tem como meta reduzir o prazo médio de duração do processo, em 4%, em relação ao ano base de 2018. Nosso alvo é 296 dias. O grau de cumprimento está em 97% (303 dias).

Assim, chegamos em 29/07/2020, com um cumprimento médio de 99% das Metas Nacionais. Continuando sua explanação, Márcio Fernando informou que o cronograma relativo ao Planejamento Estratégico para 2021/2026 está sendo seguido. Detalhou os macrodesafios, sob a perspectiva da Sociedade: Garantia dos direitos fundamentais e fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade. Sob perspectiva dos Processos Internos: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; Consolidação dos sistema de precedentes obrigatórios; Promoção da sustentabilidade; Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal e Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Sob a perspectiva do Aprendizado e Crescimento: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados. Para o ano de 2020, deveríamos seguir o cronograma abaixo, culminando com a aprovação da resolução:

- ✓ Obtenção de sugestões sobre o desdobramento dos Macrodesafios (iniciativas, metas e indicadores) – janeiro e fevereiro;
- ✓ Consolidação dos dados sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – fevereiro e março;
- ✓ Elaboração de minuta de Resolução contendo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o próximo ciclo – março a maio;
- ✓ Realização da 5ª Reunião do Comitê Gestor Nacional – maio;
- ✓ Aprovação e publicação de Resolução contendo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – maio e junho.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Também seguido à risca, tivemos a publicação da Resolução CNJ 325/2020, responsável pelas normas que regem todo o Planejamento Estratégico de todo o Poder Judiciário, inclusive para formulação das metas e indicadores, tanto do nacional, quanto do interno. E para isso, foram realizadas as consultas. Assim, após a finalização do Plano Nacional, será a vez da Justiça do Trabalho e posteriormente dos Institucionais de cada TRT. Já temos os Macrodesafios, a Missão, Visão, Objetivos e Valores aprovados, faltando apenas discutir para os TRTs. Que ocorrerá até setembro/2020, primeiro nos Subcomitês de Pequeno Porte, Médio Porte e Grande Porte e depois, uma reunião com o Comitê Gestor Nacional. Tudo isso atrelados aos riscos e iniciativas para alcance dos objetivos. Após finalização do PEI, será a vez do desdobramento de planos intra-organizacionais, em pelo menos 4 áreas: Gestão de Pessoas, TIC, Aquisições, Comunicação. A diretora de TIC, Érica, ressaltou que está em discussão um plano estratégico de TIC da Justiça do Trabalho, para somente desdobrar internamente em cada Regional. Em continuação, Márcio Fernando detalhou a situação dos principais Projetos Estratégicos:

- ✓ Estudo de migração para a nova sede – mesmo com a dificuldade do trabalho remoto, está em desenvolvimento. Liderado pela DG e Coordenadoria de Obras.
- ✓ Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa – Em desenvolvimento.
 - 2.1) Atualização de normas (Regulamento Geral) e normatização dos processos de trabalho – Em permanente desenvolvimento. É responsável pela constante atualização de processos e de normas, a exemplo do Regulamento de Secretaria. Feito por O&M.
 - 2.2) Metodologia de Gestão de Processos, Riscos e Governança – Identificação de riscos, da cadeia de valor, ativos envolvidos e áreas críticas. Em processo de minuta. Executado por O&M, apoiado pela SGE e liderado pela DG.
- ✓ Adequar a infraestrutura física – Em andamento. Responsável pela aprovação do Plano de Obras (feito anualmente. O deste ano já foi finalizado e enviado à Coordenadoria de Manutenção e Projetos). Responsáveis: DG, SA, Obras, CMC e Cui. Deliberação de continuidade. Tarcísio pontuou mudanças na destinação de recursos orçamentários para as obras, a partir do questionário do CCAUD, que ultrapassam inclusive a res. 70 e o que foi definido pelo Pleno do TRT5, já que o dinheiro será direcionado pelo CSJT para as obras críticas, conforme sua importância para a JT.
- ✓ Implementar a Gestão por Competência – Em execução. Feito pelo CDP, unidade subornada à Secretaria de Gestão de Pessoas. Márcio Fernando informou que integra equipe técnica multidisciplinar, montada pelo TST, para estudo de reestruturação da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau. E que o trabalho resultante impactará na nossa estrutura de pessoal;
 - 4.1) Desenvolver programa de capacitação de pessoas – Em andamento.
 - 4.2) Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas – Consultoria finalizada e Processo instituído.
 - 4.3) Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativo – Em fase de implementação, com estudo finalizado. Com foco nas Resoluções 219/2016 e 63/2010. Trabalho conjunto com SGE, Comitê de Priorização do 1º Grau, chefes de Gabinete e comissão dos Diretores.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

- ✓ Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico – Feito anualmente, com participação da Presidência, DG, SOF e Comitê Orçamentário. Em desenvolvimento (Execução do orçamento 2020 e elaboração para 2021).
- ✓ Implantar os projetos definidos pelo CNJ e CSJT – Em andamento.
 - 6.1) SIGEPE – Em andamento. Liderado por Projetos Especiais, com apoio da Administração.
 - 6.2) CEJUSC – Já implantado no 2º Grau (Cejusc2) e nas Varas da capital (Cejusc1). A expansão para as varas do interior foi suspensa, em razão da pandemia.
- ✓ Desenvolver projeto para racionalização de recursos – Em andamento. Trabalho conduzido pela DG e Núcleo Socioambiental. Márcio Fernando ressaltou um estudo recente feito por ele, de consumo de papel, já enviado à Presidência, onde identificou a possibilidade de redução do consumo de 3,8 para 2,5 resmas por usuário/ano.
- ✓ Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores – Em andamento. Conduzido pela Seção de Qualidade de Vida, em parceria com diversos outros setores, a exemplo da Coordenadoria de Saúde, após a implantação do PCMSO, que transformou em processo o exame periódico. PPRA já finalizado, mas em processo de atualização, principalmente com a implantação o SIGEPE e com o estudo da retomada.
- ✓ Gestão Judiciária (Business Intelligence) – A Presidência indicou 2 servidores (Jean e Taciano) para ajudarem no desenvolvimento de mais alguns módulos.
- ✓ Garimpo (pesquisa de recursos financeiros) – Em andamento. Conduzido pela Corregedoria. Tem como objetivo identificar valores altos, em processos trabalhistas arquivados, para entrega às partes beneficiadas. Foi ampliado com o novo projeto PJe-Cor.
- ✓ Videoconferência – Já finalizado. Conduzido por O&M, com participação da Setic. Os recursos tecnológicos já foram distribuídos.
- ✓ Projeto TRT5 100% PJe – Iniciado em razão do Provimento nº 02/2019 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, que obriga a migração de todo o legado para o meio eletrônico. Conduzido por Projetos Especiais. Começará pelos processos pendentes de baixa no 1º Grau. Está em fase piloto.
- ✓ Hackaton e laboratório de inovação (AI – Artificial Intelligence) – O Hackaton foi suspenso, em razão da pandemia. Entretanto, a diretora da Setic, Érica, informou que a parte da inteligência artificial está em desenvolvimento, apesar da dificuldade atual, principalmente da ferramenta Gemini. Dr. Firmo acrescentou que o Gemini já está integrado ao PJe e funcionando nos gabinetes. Destacou ainda, o investimento feito pelo TRT5 na capacitação de servidores na área.

Dra. Dalila enalteceu o trabalho da Setic neste período da pandemia, já que possibilitou que mais de 95% do pessoal está em trabalho remoto. O diretor da SCJ1, Orocil questionou a possibilidade de incluir o projeto de digitalização de todo o acervo do arquivo do Regional, em razão do Decreto 10.278/2020. Márcio Fernando explicou que qualquer novo projeto, não oriundo de determinações do CNJ ou CSJT, precisa seguir o fluxo (Ato 535/2012), até mesmo para estudo de viabilidade técnica para prosseguimento e inclusão como projeto estratégico. Dr. Firmo informou que já houve reunião sobre o tema, com a área técnica, com decisão de



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

não implementar no momento, em razão da nossa falta de condições tecnológicas para digitalizar o montante da documentação produzida por terceiros. Dr. Dalila comentou a falta de representante da Secretaria de Comunicação na presente reunião. Márcio Fernando explicou que a citada secretaria não faz parte do Comitê de Gestão Estratégica e Participativa.

Diante disso a Presidência acatou a sugestão de Márcio Fernando para inclusão não somente da Secom, mas também de representante do Cejusc 1. Márcio Fernando voltou a agradecer a Setic, pelo apoio e principalmente pelo trabalho desenvolvido em inteligência artificial, com reconhecimento inclusive do CNJ. Em seguida, passou a explanar do mais recente projeto do TRT5: Protocolo de Crise em razão do Covid-19. Projeto importantíssimo para a retomada das atividades presenciais, de forma gradual, pensando não somente na segurança dos servidores, magistrados e terceirizados, mas também dos jurisdicionados. O estudo é conduzido por um grupo formado por toda a alta Administração, representantes dos magistrados do 1º e 2º Graus, além de servidores de várias áreas técnicas do Regional e engloba todas as unidades administrativas e judiciárias da Bahia. Márcio Fernando apresentou ainda os 6 eixos temáticos que fundamentaram o plano de ação:

- ✓ Eixo 1. Gestão de Pessoas e Saúde
- ✓ Eixo 2. Segurança no Ambiente de Trabalho
- ✓ Eixo 3. Tecnologia da Informação
- ✓ Eixo 4. Orçamento e Finanças
- ✓ Eixo 5. Comunicação Institucional
- ✓ Eixo 6. Governança, Gestão Estratégica e Gestão de Riscos

Informou que no próximo dia 04/08, o grupo apresentará as propostas para deliberação da fase inicial da retomada. Encerrando sua apresentação, Márcio Fernando passou a palavra à Desembargadora Presidente, que finalizou a reunião agradecendo a presença de todos.//

Márcio Fernando Ribeiro da Silva
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica